



ACÓRDÃO Nº1798/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12334/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Antonio Junior de Souza Brandao (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Alfredo Monteiro Leite Neto - OAB/AM 8306.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6320/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o **Sr. Antonio Junior de Souza Brandao** – Secretário Municipal Chefe da Casa Militar, à época -, nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus - exercício 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Antonio Junior de Souza Brandao** – Secretário Municipal Chefe da Casa Militar, à época -, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Antonio Junior de Souza Brandao** – Secretário Municipal Chefe da Casa Militar, à época -, no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades elencadas pela DICAMM em seu Relatório Conclusivo n.º 37/2021;
Fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item 3, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso



ACÓRDÃO Nº1798/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Dar ciência ao Sr. Antonio Junior de Souza Brandao – Secretário Municipal Chefe da Casa Militar, à época -, acerca do *decisum* a ser exarado por Tribunal Pleno.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Outubro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral